

DANDARA NOBRE DE OLIVEIRA NASCIMENTO

ABORDAGENS EM SEGURANÇA ALIMENTAR NOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS SOBRE A PAN-AMAZÔNIA: UMA REVISÃO

BELÉM 2020

DANDARA NOBRE DE OLIVEIRA NASCIMENTO

ABORDAGENS EM SEGURANÇA ALIMENTAR NOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS SOBRE A PAN-AMAZÔNIA: UMA REVISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, modalidade Biologia da Universidade Federal do Pará, produzido no Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente, apresentado ao colegiado da faculdade de Ciências Biológicas como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Biologia.

Orientador: Profº Hilton Pereira da Silva.
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFPA.

BELÉM 2020

DANDARA NOBRE DE OLIVEIRA NASCIMENTO

ABORDAGENS EM SEGURANÇA ALIMENTAR NOS TRABALHOS
CIENTÍFICOS SOBRE A PAN-AMAZÔNIA: UMA REVISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, modalidade Biologia da Universidade Federal do Pará, produzido no Laboratório de Estudos Bioantropológicos em Saúde e Meio Ambiente, apresentado ao colegiado da faculdade de Ciências Biológicas como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Biologia.

Orientador: Prof^o Dr. Hilton Pereira da Silva.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA

Avaliador (a): Prof^a. Dr^a. Voyner Ravena
Canete.

Instituto de Ciências Biológicas, UFPA

Avaliador (a): Prof^a. Dr^a. Luisa Margareth
Araújo Carneiro.

Instituto de Ciências da Saúde, UFPA

BELÉM 2020

“A gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte.” (Titãs)

AGRADECIMENTOS

Muitos fatos e pessoas, visíveis e invisíveis, me ajudaram a chegar até aqui, pois não ando e não conseguiria andar sozinha. Assim, agradecer à tudo e todos com palavras, preencheria a quantidade equivalente de páginas deste trabalho. Então, agradeço aqui aos que reconheço terem papel fundamental na realização deste trabalho e na finalização da minha graduação: agradeço à natureza por nos dar vida, beleza, água, alimento e consciência para refletirmos sobre nossas existências; à Universidade Federal do Pará por me proporcionar educação superior pública de qualidade; ao LEBIOS e toda a sua comunidade por terem me recebido com carinho como estagiária nos últimos dois anos, me proporcionado conhecimentos acerca do campo Bioantropológico, e por me permitirem usar seu espaço para completar as atividades da minha graduação produzindo este trabalho; ao Prof^o Hilton Pereira da Silva por ter aceitado me orientar e estar cumprindo esta missão com sabedoria e delicadeza; à Roseane Bittencourt que durante meu estágio no LEBIOS sempre se mostrou cordial e prestativa e me auxiliou em diversas atividades que cumpri neste laboratório; à Nádia Alinne, pelas reflexões sobre alimentação que inspiraram meu interesse no tema do presente trabalho; à toda minha rede de afetos, sem a qual jamais teria mantido um nível de felicidade suficiente para finalizar a minha graduação; à minha família, que sempre me deu muito apoio emocional e material, sem a qual, nem viva eu estaria; em especial à Iolane Nobre, minha mãe; Maria Emília, minha madrinha; também, ao meu pai, Paulo Nascimento; minha avó, Regina Nascimento; às minhas irmãs, Iris e Inaê Nascimento; aos meus amigos Raiana, Brenda, Jessica, Naira, Huiny, Eduardo e Yan que muitas vezes me davam alegria por acordar de manhã para vê-los nas aulas de Biologia, com quem fiz muitos trabalhos e estudei para muitas provas; ao Gabriel, pela companhia e por ter feito o mapa deste trabalho, deixando-o um pouco mais bonito; agradeço à todos os estudantes que exercem seu papel de cidadãos lutando pela educação pública, que ocuparam as escolas e universidades em 2016, que lutaram por uma eleição mais consciente em 2018 e que continuam se organizando por justiça social.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. METODOLOGA.....	5
3. O ESTADO DA ARTE SOBRE SAN NA PAN-AMAZÔNIA.....	6
4. QUESTÕES GERAIS ACERCA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA PAN-AMAZÔNIA.....	16
5. A SITUAÇÃO DAS QUATRO DIMENSÕES DA SAN NA PAN-AMAZÔNIA.....	23
5.1. A DISPONIBILIDADE.....	23
5.2. O ACESSO.....	24
5.3. A UTILIZAÇÃO.....	25
5.4. A ESTABILIDADE DAS OUTRAS DIMENSÕES.....	26
6. CONCLUSÕES.....	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS UTILIZADA REVISÃO.....	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS.....	34

RESUMO

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) Segurança Alimentar (SAN) existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a recursos alimentares nutritivos que atendam às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável. À este conceito foram atribuídas quatro dimensões: a disponibilidade de alimentos, o acesso aos alimentos, a utilização biológica dos alimentos e a estabilidade das outras três dimensões. O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica sistemática dos artigos revisados por pares publicados em periódicos contidos nas bases de dados Lilacs, Medline e Web of Science, na biblioteca eletrônica científica Scielo e no Portal de Periódicos da Capes, com estudos acerca da SAN nos países da Pan-Amazônia entre 2010 e 2019. Os referidos artigos foram analisados sob a ótica das quatro dimensões do conceito de SAN, com a intenção de investigar quais as abordagens disciplinares e conceituais contidas naquelas produções e quais as questões mais relevantes acerca da SAN na Pan-Amazônia levantadas pelos trabalhos revisados a partir das quatro dimensões.

Palavras-chave: Alimentação, Nutrição, Amazônia, SAN, Revisão Sistemática

1. INTRODUÇÃO

A relação entre dinâmica alimentar e organização social humana vem transformando-se ao longo da história da humanidade, refletindo e repercutindo em relações de poder, questões sociais, de saúde e ambientais, a exemplo da revolução agrícola ocorrida a partir do período neolítico, onde seres humanos passaram a domesticar animais e plantas para sua utilização e sedentarizaram-se, transformando suas relações sociais e o meio ambiente (ALENCAR,2001; AZEVEDO, 2017). Com ascensão do capitalismo, passamos a mercantilizar o alimento, tornando a referida relação cada vez mais intensa, dinâmica e complexa, de modo que a aquisição de alimentos pelas populações do mundo está à mercê dos encadeamentos do sistema político-econômico hegemônico vigente, como apontado por MAGLIA (2009, p.124):

Para a grande maioria da população do planeta, o ato de alimentação depende de complexos mecanismos de decisão dos produtores capitalistas, do papel de intervenção do Estado, dos subsídios da agricultura, do grau de concentração da terra e do capital investido na indústria alimentar, entre outros.

Dentre todos os temas acerca da questão alimentar, a Segurança Alimentar tem um papel fundamental nos desdobramentos do curso da história humana, inclusive na evolução da espécie. Pois ter e manter alimentos em quantidade suficiente para suprimento de um grupo foi fator determinante para a sua sobrevivência e perpetuação. Assim, os desenvolvimentos das técnicas de aquisição e estocagem alimentícia foram imprescindíveis na manutenção das sociedades (ALENCAR, 2001). Com a evolução das tecnologias relacionadas à Segurança Alimentar, bem como os estudos a respeito deste tema, as concepções e práticas de Segurança Alimentar (SAN) também sofrem mudanças e se complexificam tanto quanto a própria sociedade e a questão alimentar em todos os seus âmbitos.

Por muito tempo, desde o início do século XX até a década de setenta, o atributo da disponibilidade de alimentos era o mais evidente dentro do conceito de SAN, pois havia um desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos por conta do crescimento populacional mundial (ALENCAR, 2001). Com esta prerrogativa, houve a eclosão da Revolução Verde (ALEM, 2015; ALENCAR, 2001), uma grande comoção global de incentivos financeiros e pesquisas para a promoção da agropecuária, que impulsionou o

desenvolvimento tecnológico e biotecnológico nesta área, aumentando sua produção. Porém, após este evento, a fome no mundo não cessou, o que evidenciou que a questão de Segurança Alimentar também estava relacionada ao acesso aos alimentos por grande parcela da população, atributo ligado à questões políticas, como os poderes sobre os meios de produção de alimentos e a desigualdade social (MANIGLIA, 2009; ZUIN, 2018). Posteriormente, com a evolução conceitual de Segurança Alimentar evidenciando-se as influências sócio-políticas sobre essa questão, foram sendo agregados a este conceito outros aspectos conceituais relacionados, como as noções de equidade, qualidade nutricional, sustentabilidade e Soberania Alimentar (KEPLE et al, 2011).

Uma definição conceitual, multidimensional, globalmente importante, para SAN, amplamente utilizada nos estudos científicos e em programas e políticas públicas no mundo inteiro, surgiu em 1996, lançada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), onde a Segurança Alimentar existe quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico e econômico a recursos alimentares nutritivos que atendam às suas necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável (FAO, 1996). Em 2008 esta instituição identificou e atribuiu quatro dimensões para essa definição, são estas: a disponibilidade física de alimentos, abordando a oferta, determinada pelo nível de produção, estoque e comércio líquido; o acesso físico e econômico, com foco em políticas econômicas de renda, despesa, mercado e preços dos alimentos; a utilização dos alimentos, numa perspectiva de uma boa utilização biológica, energética e nutricional destes, a nível intradomiciliar; e a estabilidade das outras três dimensões, relacionada a instabilidades climáticas, políticas e econômicas que afetam a Segurança Alimentar em suas outras dimensões (FAO, 2008).

Outra elaboração conceitual conhecida para Segurança Alimentar é a do Brasil, estreada, na sua Lei de Segurança Alimentar e Nutricional de 2006, em seu artigo 3º, que diz:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a

diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Segundo Kepple (2011, p. 1880):

O quadro ou referência conceitual de um problema social pode se constituir em um poderoso e efetivo instrumento de orientação das políticas públicas, às vezes mais do que as informações a seu respeito colocadas à disposição dos administradores e dirigentes de órgãos gestores. A escolha de um marco conceitual depende dos pressupostos assumidos pelo investigador, consciente ou inconscientemente. Lembrando que nenhuma pesquisa é neutra, é sempre necessário que se adote uma posição crítica, procurando identificar o significado daquilo que se toma como prioritário ou adequado em dado momento. Se esse marco atende a apenas alguma ou algumas das dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional, a compreensão desta estará nos estreitos limites dele.

Formatar o conceito de SAN é uma tarefa desafiadora, pois, além da ampla gama dimensional para este, ofertada pela FAO (2008), entre outros trabalhos e políticas sucedentes, este tema está sob a luz da transdisciplinaridade, onde cada área disciplinar envolvida acrescenta sua perspectiva. Também, agregando à complexidade do termo, este é utilizado dentro de diversos contextos ideológicos, e políticos, como apontado por Firmiano (2011, p.156): “o conceito em questão se afirma a partir de uma contradição importante, qual seja, a tentativa de conciliação da expansão mercantil da cadeia produtiva dos alimentos e a supressão das carências alimentares dos distintos grupos e povos em todo o planeta”.

Segundo o Committee on World Food Security (2012, p.3) os termos de SAN também podem assumir significados diferentes quando aplicados em nível global, nacional, doméstico ou individual. No Brasil, o primeiro encontro da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 2015, ocorrido em Belém, Pará, com o lema “Comida de verdade, no campo e na cidade: Por direitos e Soberania Alimentar”, abordou a Segurança e Soberania Alimentar na Amazônia, onde foi elaborada a Carta da Amazônia, documento que sintetiza as discussões realizadas no evento, que contou com a participação de organizações e movimentos sociais de diversos grupos amazônicos, e dá diretrizes para discussões e políticas públicas neste âmbito para este território,

buscando aprofundar-se no significado de Segurança Alimentar na Amazônia e responder o que é “Comida de Verdade” neste território. O documento afirma:

Comida de verdade, na Amazônia, é entendida como patrimônio cultural e expressão de modos de vida tradicionais, onde têm grande relevância os laços de solidariedade e reciprocidade nas comunidades. É oriunda de sistemas alimentares caracterizados por uma biodiversidade extremamente rica, representada pelo valioso conhecimento tradicional de seus povos sobre as plantas comestíveis e medicinais, frutos, sementes, raízes, fauna silvestre e aquática e peixes. A região Amazônica é caracterizada pela riqueza de sua sociobiodiversidade (CONSEA, 2015, p. 3).

Visto a necessidade de aprofundarmo-nos teoricamente no conceito de Segurança Alimentar para a Amazônia, como um todo, a fim de auxiliar os futuros trabalhos neste âmbito, no presente estudo intencionamos investigar quais as abordagens disciplinares e conceituais contidas nos artigos científicos, publicados no período de 2010 à 2019, sobre SAN nos territórios da Pan-Amazônia.

Intencionando estruturar nosso panorama teórico, este trabalho contará com uma primeira seção em que apresentaremos o estado da arte de nossa revisão bibliográfica. Após isso, explanaremos quanto às questões mais relevantes acerca da Segurança Alimentar na Pan-Amazônia levantadas pelos trabalhos revisados e finalizaremos buscando visualizar estas questões dentro das quatro dimensões de Segurança Alimentar propostas pela FAO.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente, escolhemos a definição geopolítica de Pan-Amazônia, objeto do Tratado de Cooperação Amazônica, por esta contemplar uma interseção entre todas as definições comumente usadas para Amazônia Internacional, compartilhada por Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guianas e Suriname (RIBEIRO, 2005, p. 2003). Cada uma das Amazôniaas nacionais envolve a Bacia Hidrográfica Amazônica ou (e) a Floresta Tropical Úmida, conectadas entre si por sua história e ecossistemas, com riqueza em sociobiodiversidade (ARAGÓN, 2018, p.16).

Para cumprirmos os objetivos propostos, realizamos um levantamento bibliográfico buscando artigos revisados por pares publicados nos últimos nove anos, entre 2010 e 2019, no portal de periódicos da Capes, na biblioteca eletrônica científica Scielo e em bases de dados indexados Lilacs e Medline, com as palavras chave Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar, Soberania Alimentar, Fome e Má Nutrição, combinadas com as palavras Amazônia, Pan-Amazônia, Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, em português, espanhol e inglês.

Dentro desses requisitos, foram selecionados apenas os artigos que tratavam de forma mais direta sobre a questão da SAN dentro dos territórios da Pan-Amazônia. Estes artigos foram lidos e interpretados sob a luz das quatro dimensões do conceito de Segurança Alimentar: disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade. As análises destes trabalhos sobre Segurança ou Insegurança Alimentar, foram categorizadas em uma ou mais das referidas dimensões, para posterior discussão.

3. O ESTADO DA ARTE SOBRE SAN NA PAN-AMAZÔNIA

Foram encontrados 34 artigos revisados por pares incluídos nas bases de dados indexados Lilacs, Medline, na biblioteca eletrônica científica Scielo e no Portal de Periódicos da Capes, que tratavam diretamente sobre a questão da Segurança Alimentar na Pan-Amazônia, publicados nos intervalos de 2010 à 2019. Vinte desses artigos cuidam sobre a Amazônia Brasileira, oito sobre a Amazônia Peruana, três sobre a Amazônia Colombiana, três sobre a Amazônia Boliviana e nenhum sobre as Amazônias do Equador, Suriname, Guianas e Venezuela.

Quanto à Amazônia Brasileira: oito estudos primários referem-se ao estado do Pará, publicados nos anos de 2011, 2013, 2015, 2016, 2017, 2019; Quatro sobre o Mato Grosso, nos anos de 2013, 2014, 2016 e 2018; Três sobre o Acre, nos anos de 2013 e 2015; Dois sobre o Amazonas, nos anos de 2015 e 2017; Três revisões bibliográficas sobre a Segurança Alimentar na Amazônia Legal e Internacional de modo geral. Nenhum trabalho sobre Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins e a porção amazônica do Maranhão, foram encontrados.

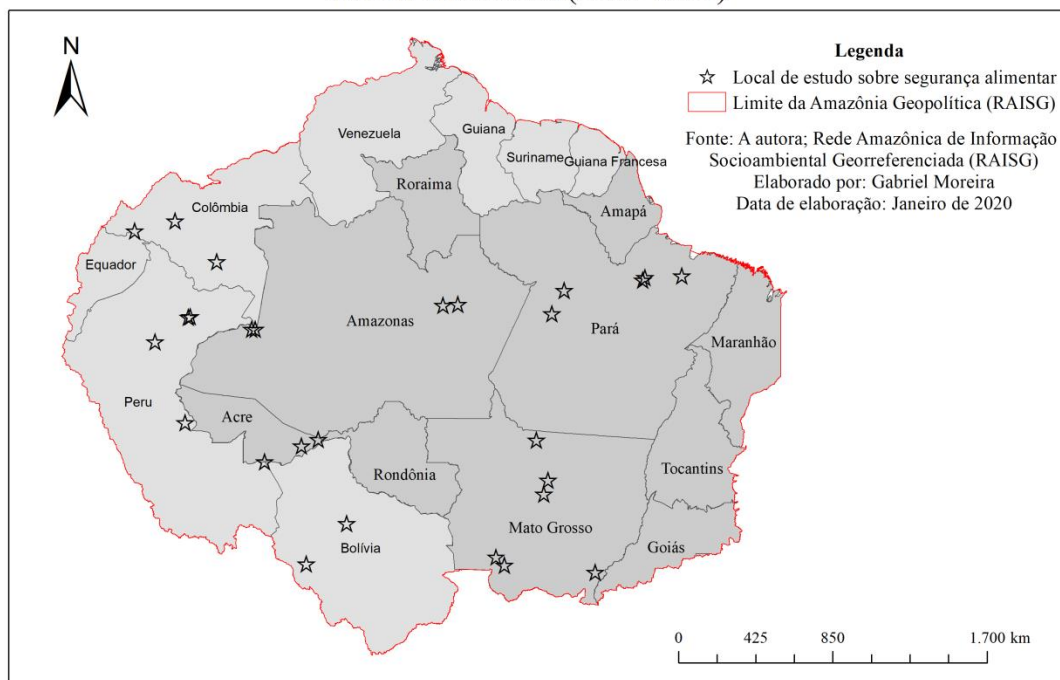
Quanto à Amazônia Peruana: quatro trabalhos tratam sobre o departamento de Ucaiyali, nos anos de 2015, 2016, 2018 e 2019; Quatro trabalhos sobre o departamento de Loreto, nos anos de 2017, 2018 e 2014. Não foram encontrados trabalhos para os departamentos de Madre de Dios, Amazonas, San Martín e Acoge.

Quanto à Amazônia Colombiana: foram encontrados 2 trabalhos para o departamento de Caquetá; e 1 para o Amazonas. Nenhum trabalho foi encontrado para os departamentos Putumayo, Guainía, Guaviare, Vaupés, Nauriño e Meta.

Quanto à Amazônia Boliviana: encontramos 2 trabalhos para Beni, 1 trabalho sobre Pando e La Paz, e nenhum trabalho sobre Cochabamba e Santa Cruz.

As localidades sobre as quais há estudos publicados em periódicos enquadrados nos critérios escolhidos no presente trabalho, dentro do território Pan-Amazônico, em Segurança Alimentar podem ser melhor visualizadas no mapa abaixo (figura 1).

Mapa da distribuição espacial dos estudos sobre segurança alimentar na Pan-Amazônia (2010-2019)



As áreas disciplinares dentre os trabalhos encontrados estão entre os campos da Nutrição, Ecologia Humana, Antropologia, Geografia, Economia, Políticas Públicas, Direito, Ciências Ambientais e Ciências da Saúde. Com os temas centrais acerca de consumo alimentar, modos de subsistência, sistemas agrícolas, clima, conservação ambiental, relações sociais, programas governamentais, legislações, adolescência, saúde infantil, aleitamento, gênero, relações sociais, organizações sociais, desenvolvimento rural, relacionados à Segurança Alimentar. Dentre os grupos estudados estão Indígenas, Ribeirinhos, Camponeses, Agricultores, Extrativistas, Pescadores, Caçadores, Mulheres, Crianças, Adolescentes e Lojistas.

As informações enunciadas acima podem ser melhor visualizadas na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1. Os trabalhos identificados e suas principais características (Cont.)

País	Região	Disciplina	Tema central	Grupo estudado	Ano	Autor
Brasil	PA	Nutrição	Renda e Nutrição	Ribeirinhos	2011	PIPERATA et al.
Brasil	PA	Nutrição	Adequação alimentar em mães e crianças	Ribeirinhos	2013	PIPERATA et al.
Brasil	PA	Ecologia Humana	Consumo Alimentar e Conservação	Ribeirinhos	2015	ISAAC et al.
Brasil	PA	Conservação	Relações Sociais e Segurança alimentar	Ribeirinhos	2015	MERTENS et al.
Brasil	PA	Antropologia	Consumo Alimentar	Ribeirinhos	2016	FREIRES et al.
Brasil	PA	Políticas Públicas	Programas de Transferência de Renda	Camponeses	2016	PIPERATA et al.
Brasil	PA	Geografia	Alterações Climáticas e SA	Camponeses	2017	DOYEN et al.
Brasil	PA	Conservação	Consumo Alimentar e Conservação	Ribeirinhos	2019	BEGOSSI et al.
Brasil	MT	Nutrição	Construção de uma grande Rodovia e SA	Adolescentes Urbanos	2013	GUERRA et al.

Tabela 1. Os trabalhos identificados e suas principais características (Cont.)

País	Região	Disciplina	Tema central	Grupo estudado	Ano	Autor
Brasil	MT	Nutrição	Construção de uma grande Rodovia e SA	Adolescentes urbanos	2018	GUERRA et al.
Brasil	MT	Estudos de Gênero	Lutas de Mulheres Agroextrativistas	Mulheres Extrativistas	2014	MENDES et al.
Brasil	MT	Geografia	Políticas Públicas para Agroecologia	Camponeses	2016	MENDES et al.
Brasil	AC	Odontologia	Cáries dentárias e SAN	Crianças	2014	FRAZÃO et al.
Brasil	AC	Desenvolvimento Rural	Nível de pobreza em famílias de Autoconsumo	Camponeses	2015	LOIOLA et al.
Brasil	AC	Saúde	Insegurança Alimentar em Crianças	Domicílios com crianças	2015	RAMALHO et al.
Brasil	AM	Ecologia Humana	Caça	Famílias Urbanas	2015	SARTI et al.
Brasil	AM	Geografia	Desertos Alimentares	Lojistas	2017	DAVIES et al.
Brasil	Estudo Teórico	Políticas Públicas	Desenvolvimento Rural	Camponeses	2013	POKORNY et al.

Tabela 1. Características principais dos trabalhos publicados sobre Segurança Alimentar nos territórios da Pan-Amazônia (cont.)

País	Região	Disciplina	Tema central	Grupo estudado	Ano	Autor
Brasil	Estudo Teórico	Direito	Conceito de Risco	Legislação	2018	ANTUNES et al.
Brasil	Estudo Teórico	Direito	Direito à caça	Legislação	2019	ZUIN et al.
Peru	Ucayali	Ecologia Humana	Adaptações à mudanças climáticas	Indígenas	2015	SHERMAN et al.
Peru	Ucayali	Ecologia Humana	Adaptações à mudanças climáticas	Indígenas	2016	SHERMAN et al.
Peru	Ucayali	Etnozooloogia	Caça	Caçadores	2018	FRESCONI et al.
Peru	Ucayali	Ecologia Humana	Sistemas Agrícolas	Camponeses/ Extrativistas	2019	ANDRIEU et al.
Peru	Loreto	Políticas Públicas	Programas Nacionais de Alimentos	Indígenas	2017	ZVALETA et al.
Peru	Loreto	Ecologia Humana	Adaptação à mudanças climáticas	Indígenas	2018	ZVALETA et al.
Peru	Loreto	Ecologia Humana	Alimentação Infantil	Crianças	2018	AMBIKAPATHI et al.

Tabela 1. Características principais dos trabalhos publicados sobre Segurança Alimentar nos territórios da Pan-Amazônia.

País	Região	Disciplina	Tema central	Grupo estudado	Ano	Autor
Peru	Loreto	Nutrição	Nutrição Infantil	Crianças	2014	LEE et al.
Colômbia	Caquetá	Sociologia	Cultivo de Coca	Camponeses (Afro-colombianos)	2014	GONZÁLES et al.
Colômbia	Caquetá	Antropologia	Mineração Artesanal	Indígenas	2016	VERSCHOOR et al.
Colômbia	Amazonas	Ecologia Humana	SA em Indígenas	Indígenas	2019	TORRES-VITOLAS et al.
Bolívia	Beni	Ecologia Humana	Relações Sociais	Indígenas	2015	GURVEN et al.
Bolívia	Beni	Meio Ambiente	Impactos de Inundações	Indígenas	2018	ROSIGNER.
Bolívia	Pando e La Paz	Meio Ambiente	Sistemas Agroflorestais	Camponeses	2016	JACOBI.

A maioria dos artigos sobre o estado do Pará trata sobre a Segurança Alimentar em comunidades ribeirinhas (BEGOSSI et al, 2019; ISAAC et al, 2015 ; MERTENS et al, 2015 ; PIPERATA et al, 2016, 2013, 2011). Piperata, como primeira autora em três dos oito artigos sobre o Pará, tem um extenso trabalho acerca da Segurança Alimentar em comunidades da região de Melgaço e Portel, no Marajó, um deles, sobre a adequação alimentar de mães e crianças, que demonstra que as mães têm maior tendência à desnutrição, por distribuírem em maior quantidade os alimentos para as crianças, principalmente as mais jovens, e menor quantidade para si mesmas em casos de escassez alimentar (PIPERATA et al. 2013); os outros dois artigos, tratam sobre os

impactos do programa de transferência de renda do Brasil, Bolsa família, acusando que, por mais positivo que este tenha sido em melhorar o acesso à alimentos dos mercados, está associado ao aumento de consumo de alimentos processados, deletérios à saúde, o que chama a atenção para a necessidade de uma implementação mais cuidadosa deste programa ou outros que venham a ser implementados (PIPERATA et al. 2011, 2016). Os trabalhos de Begossi et al (2019) e Isaac et al (2015) abordam o consumo de peixes em comunidades ribeirinhas. Begossi et al (2019) demonstra que a construção de hidrelétricas e a pesca em grande escala são prejudiciais à abundância de peixes da região estudada, gerando efeitos negativos na Segurança Alimentar da sua população. O estudo de Mertens et al. (2015) alega sobre os efeitos positivo das relações sociais de reciprocidade e do compartilhamento de alimentos na Segurança Alimentar das comunidades ribeirinhas investigadas. Ainda sobre o Pará, o trabalho de Freires et al (2016) investiga os usos do Miriti nas ilhas de Abaetetuba em contexto rural e urbano, afirmando que a cultura do consumo do miriti, como uma comida regional, contribui muito para a Soberania e Segurança Alimentar, pois além de ser um recurso abundante, também pertencente às preferências alimentares locais, é muito nutritivo e contribui com a agrobiodiversidade. Doyen et al (2017) estuda os impactos das dinâmicas de cheia e seca em uma planície de inundação, próximo a Santarém, na produtividade de sistemas agrícolas e silvipastoris categorizados em agroflorestal, agropastoril, de agricultura especializada e de piscicultura diversificada. Este estudo conclui que os sistemas sofrem impactos negativos por mudanças climáticas, e os que incluem a criação bovina são ainda mais impactados dentre estes, também, que a diversidade de recursos (lago, floresta, terras agrícolas) e atividades no local (comércio, serviço público, criação de gado, cultura de vegetais, pesca, subsídios, entre outros) proporcionam mais segurança contra as mudanças.

Dentre os trabalhos sobre o Mato Grosso estão os trabalhos de Guerra et al (2013, 2018) que investigam a insegurança alimentar em domicílios com adolescentes associada ao processo de urbanização causado pela construção de uma rodovia em municípios no norte deste estado. Guerra et al (2013, 2018) aponta a da falta de saneamento básico, de oportunidades de emprego e renda e o racismo como fatores principais ocasionados pela urbanização e associados à Insegurança Alimentar em adolescentes, submetidos a alto nível de risco por estarem em um momento de grandes transformações em sua vida. Os outros dois trabalhos no Mato Grosso são de Mendes et

al (2014, 2016); um deles trata sobre as lutas e organizações de mulheres agroextrativistas e seu impacto positivo na Segurança Alimentar no município de Cáceres (MENDES et al. 2014), e o outro, sobre os sucessos de atividades em agroecologia na mesma região (MENDES et al. 2016).

No Acre, um estudo trata sobre a insegurança alimentar associada a cáries dentárias, em populações do Rio Branco e áreas fronteiriças à Bolívia, apontando que quanto menor a escolaridade dos pais e maior o nível de pobreza, maior é a incidência de cáries dentárias e de Insegurança Alimentar (FRAZÃO et al. 2015). O trabalho de Loiola et al (2015) investiga os impactos de um projeto de desenvolvimento sustentável e o autoconsumo, sendo estes positivos, em um assentamento rural. Ramalho et al (2016) em seu estudo sobre Insegurança Alimentar em região acreana de tríplice fronteira associa a pobreza como o maior fator para falta de acesso de famílias à alimentos, com os preços altos dos mercados.

No Amazonas, temos a investigação de Sarti et al (2015) sobre o consumo de animais silvestres por famílias da tríplice fronteira entre Peru, Colômbia e Brasil, que evidencia que as pessoas que consomem alimentos dessa natureza estão mais bem nutridas que as que consomem animais domesticados. Também temos um estudo sobre desertos alimentares, que demonstrou que boa parte das populações de centros urbanos, incluindo Manaus, tem pouquíssimo acesso à alimentos saudáveis, pela falta de disponibilidade destes nos mercados da região (DAVIES et al. 2017).

Sobre os artigos que tratam sobre a Amazônia Peruana, em Ucaiyaly, os estudos de Shermam et al (2015, 2016) investigam o efeito de mudanças climáticas como os ciclos de seca, chuvas intensas e inundações em uma comunidade indígena nessa região, mostrando como as adaptações dessas comunidades nessa localidade tem sido ineficientes contra essas mudanças, atingido a Segurança Alimentar de sua população. Fresconi et al (2018) investiga a caça em comunidades que moram na floresta em Ucaiyaly, e aponta esta prática como uma estratégia de subsistência com Segurança Alimentar efêmera, pois as dinâmicas ambientais florestais estão se modificando e seus recursos diminuindo. Outro estudo em Ucaiyaly, investiga os tipos de produção agrícola nessa região e a relação destes com a taxa de desmatamento, demonstrando que sistemas agrícolas mais diversificados tem menor taxa de desmatamento proporcionando maior Segurança Alimentar (ANDRIEU et al. 2019).

Na região amazônica de Loreto, temos os trabalhos de Zavaleta et al (2017) sobre a ineficiência de programas governamentais de Segurança Alimentar na comunidade indígena Shawi e outro sobre os fatores climáticos e não climáticos que afetam a mesma, também demonstrando a ineficiência de políticas públicas (ZAVALETA et al. 2018). Outro estudo na mesma região é sobre os padrões de compra de alimentos por famílias com crianças em áreas peri-urbanas (AMBIKAPATHI et al. 2018). Também temos um trabalho sobre a prática de introdução alimentar em crianças em fase de amamentação em uma comunidade na região de Iquitos, na província de Loreto (LEE et al. 2014).

Na Colômbia, temos dois trabalhos sobre o departamento de Caquetá, um tratando sobre o mercado em torno da coca e a política antinarcóticos afetando negativamente a segurança alimentar em comunidades afrocolômbianas (GONZÁLES, 2014); e o outro, sobre a prática de mineração artesanal na comunidade indígena Andoque e seus efeitos negativos sobre a segurança alimentar destes (VESCHOR et al. 2015).

Temos um trabalho sobre o departamento do Amazonas, na Colômbia, que investiga as configurações socioecológicas em comunidades indígenas próximas ao rio Caquetá, observando que as relações sociais e o ambiente preservado mantêm a Segurança Alimentar destes, porém fatores como as velozes mudanças climáticas colocam as comunidades em risco (TORRES-VITOLAS et al. 2019).

Na Bolívia, no departamento de Beni, um dos trabalhos aponta a crise hídrica como agravadora da Segurança alimentar no povo Tsimane (ROSINGER, 2018). Outro trabalho sobre esse mesmo povo demonstra que as relações de troca e partilha de alimentos melhoram a segurança alimentar nas comunidades, e que fatores de renda estavam menos associada à falta de alimentos e mais associadas à quantidade de comidas doadas (GURVEN et al. 2015).

Outro trabalho ainda sobre a Bolívia trata de sistemas agroflorestais em diversas regiões, incluindo a Amazônia Boliviana, apontando estes como potenciais para garantir Segurança e Soberania Alimentar (JACOBI, 2019).

Dentre os trabalhos teóricos, um é do campo do direito e trata sobre o conceito de risco incutido no termo Segurança Alimentar, utilizando o modelo do Agronegócio na Amazônia como exemplo de consequência de uma má utilização do termo Segurança Alimentar ocasionado pelo paradigma que levou os caminhos de estratégias nesse

âmbito à Revolução Verde (ZUIN et al. 2018). Outro, discute o uso descuidado da Lei de Proteção da Vida Silvestre, de 1996, do Brasil, que por um lado reduziu o mercado de peles, mas por outro marginalizou comunidades tradicionais da Amazônia Brasileira que caçam para sua subsistência e estão à mercê da interpretação de termos subjetivos como “estado de necessidade” (ANTUNES et al. 2019). Um último, defende a maior eficiência de pequenos produtores, em contraposição ao agronegócio, em manter a Segurança Alimentar na Amazônia, apontando exemplos sobre o Brasil, Peru e Bolívia (POKORNY et al. 2013).

Muitos dos trabalhos vistos utilizam a definição empregada pela FAO de Segurança Alimentar, outros, apenas os brasileiros, utilizaram a definição da LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional). Os que não apresentam nenhum dos dois conceitos, apenas mencionam Segurança Alimentar, sem defini-la diretamente. Todos os trabalhos sobre a Amazônia Boliviana estão neste último caso.

Nas próximas páginas discutiremos as temáticas mais importantes levantadas pelos trabalhos sobre a Segurança ou Insegurança Alimentar na Amazônia, posteriormente, como esses fatores estão localizadas nas quatro dimensões do conceito de Segurança Alimentar elaborados pela FAO.

4. QUESTÕES GERAIS ACERCA DA SAN NA PAN-AMAZÔNIA

Um requisito básico para categorizar uma alimentação segura é o valor nutritivo do alimento, segundo o conceito vigente no mundo de SAN (FAO, 1996), neste modo, boa parte dos trabalhos utilizados na presente revisão levantam informações sobre o que atinge a SAN nas populações estudadas no que diz respeito à aquisição de alimentos nutritivos (AMBIKAPATHI et al. 2018; BEGOSSI et al. 2019; FREIRES et al. 2016; GUERRA et al. 2013, 2018; PIPERATA et al. 2011, 2013, 2016; SARTI et al. 2015). Mazelas na saúde dos indivíduos, muitas vezes ocasionadas por doenças endêmicas (TORRES-VITOLAS et al. 2019) e falta de saneamento (GUERRA et al., 2013; ROSINGER, 2018), são apontadas como causadoras de má absorção de nutrientes, além de diminuir a capacidade das pessoas sem direitos trabalhistas de trabalhar pela sua subsistência (TORRES-VITOLAS et al. 2019). Assim a Insegurança Alimentar fomenta um ciclo de doenças nas populações amazônicas, pois afeta a saúde destas por motivos óbvios, como a desnutrição e o estresse causado pela falta de alimentos seguros¹.

Um fator relevante na questão da saúde das populações pan-amazônicas pela Insegurança Alimentar é o aumento do consumo de alimentos processados, industrializados e provenientes do agronegócio, em contraposição à precarização da produção local e do acesso à alimentos in natura, incluindo os de origem animal, provenientes de animais silvestres, principalmente peixes, muito importantes na nutrição dos povos amazônicos, pois são suas principais fontes de proteínas (BEGOSSI et al. 2019; ISAAC et al. 2015; PIPERATA et al. 2011, 2016; SARTI et al. 2015) e micronutrientes (SARTI et al. 2015). Esse fenômeno acontece por diversos fatores, seja por modificações na renda familiar (PIPERATA et al. 2011, 2013; SARTI et al. 2015; DAVIES et al. 2017), ou por alterações no meio ambiente (ISAAC et al. 2015; SARTI et al. 2015; ZAVALETA et al. 2018). Em seu estudo sobre consumo alimentar de famílias no estado do Amazonas, SARTI et al. (2015, p.9, *tradução nossa*) afirma:

Apesar da substituição do frango por carne de animais selvagens parecer à primeira vista favorecedora da conservação da vida selvagem, existem dois prováveis efeitos negativos nos resultados. O primeiro é um efeito negativo na segurança alimentar e, portanto, a saúde da população local, com possíveis efeitos a longo

¹ Aqui definimos alimentos seguros utilizando os critérios do conceito de SAN segundo a FAO.

prazo para o seu desenvolvimento. Segundo, as consequências de uma transição de carne de animais silvestres para produtos derivados do agronegócio pode ser incerto sobre a conservação ambiental, pois a criação de gado é acompanhada por desmatamento.

Dentre os trabalhos analisados, comumente acusa-se que as partes mais atingidas pela Insegurança Alimentar dentro das comunidades a qual pertencem são mulheres (PIPERATA et al. 2011, 2013; ZAVALETA et al. 2017), crianças (ZAVALETA et al. 2017; AMBIKAPATHI et al. 2017) e adolescentes (GUERRA, 2013), isso se demonstra pelo alto nível de desnutrição desses grupos. À estes últimos se atribui as causas da Insegurança Alimentar, o fato de estarem em fase de grandes transformações biopsicossociais, que tornam estes mais propensos à desnutrição (GUERRA et al. 2013).

A Insegurança Alimentar de mulheres está diretamente associada às suas atribuições de gênero (MENDES et al. 2016; PIPERATA, 2016, 2013), que determinam a estas encargos dobrados dentro dos grupos familiares, como cuidar dos filhos, organizar a logística alimentar da casa e, muitas vezes, prover o alimento (PIPERATA, 2016). Por sua vez, alto índice de desnutrição em crianças e em famílias com crianças está diretamente ligado à Insegurança Alimentar de suas mães, no que diz respeito à gestação, aleitamento precário e o baixo status social destes dois grupos dentro de suas famílias e comunidades (PIPERATA et al. 2013).

Em contrapartida ao descaso das sociedades e governos contra as mulheres, que reflete em seu estado nutricional e de seus filhos, estas são muito importantes na manutenção da Segurança Alimentar, não só por normativamente terem o encargo de cuidar das crianças e da logística alimentar dos lares, mas também por serem grandes responsáveis por boa parte da produção alimentar na América Latina e na Amazônia, como demonstrado por JALIL (2009):

As mulheres são responsáveis por 45% da produção de alimentos na América Latina, porém, muitas agricultoras vivem uma situação de insegurança alimentar. Um dos fatores que contribui para esse cenário é a falta de documentos, uma vez que 40% da população rural não possui qualquer documentação e, desse total, 60% são mulheres, o que corresponde a 15 milhões de trabalhadoras rurais que não têm acesso a políticas públicas voltadas à agricultura familiar e reforma agrária, bem como às demais políticas públicas

em geral, e tais mulheres compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e estão sujeitas à fome (apud MENDES et al. 2014, p. 72).

Mendes (2014, p. 73 e p.74) também afirma sobre o papel das mulheres na SAN na Amazônia:

Em Mato Grosso, verifica-se que a manutenção/reprodução é viabilizada através da íntima e importante relação das mulheres com a produção de alimentos e a promoção da Segurança Alimentar no campo, pois são elas que desenvolvem grande parte do trabalho de produção agrícola e comércio de alimentos, estando diretamente vinculadas às etapas de produção, preparação e consumo dos alimentos. Devido à sua estreita relação com a produção e autoconsumo, as mulheres detêm conhecimentos sobre sementes, técnicas de plantio e de armazenamento de frutos nativos.

Ainda sobre as relações de gênero e o papel da mulher na Segurança Alimentar das populações pan-amazônicas, em seu trabalho que evidencia os impactos negativos das atividades de mineração artesanal exercidas na comunidade Andoque em uma reserva no departamento de Caquetá, Veschoor et al (2016, p. 83, tradução nossa), diz:

Durante o desenvolvimento das atividades de mineração de ouro, se pode evidenciar a inconformidade feminina em relação a essa atividade na comunidade Andoque, onde as mulheres perderam toda a participação na tomada de decisões e onde aumentou a violência doméstica como produto do alcoolismo. A produção de comida (agricultura e pesca) foi transferida para o sexo feminino devido à falta de apoio do homem nessas atividades; isso implica sérias limitações em termos de segurança e soberania alimentar.

Outra questão apontada pelos trabalhos, a afetar contundentemente a Segurança Alimentar na Pan-amazônia, a nível social e ambiental, são as pressões econômicas externas de mercado (DAVIES et al. 2017; SHERMAM et al. 2014; RAMALHO et al TORRES-VITOLAS et al. 2019). É afirmado como um alçoz da Segurança Alimentar nessa região o agronegócio, com a produção de commodities agrícolas (soja, arroz e milho), modelo ocasionado pelo modo de consumo alimentar de massa, que causa conflitos e concentração fundiária e vários problemas ambientais nessa região, como poluição e desmatamento (POKORNY et al, 2013; ZUIN et al. 2018). Também, no viés

dos malefícios, são mencionadas corporações ligadas ao mercado internacional, como empresas de extrativismo industrial, de gás, minério, petróleo e madeireiras (DOYEN et al. 2017; SHERMAN et al. 2016).

Em contraposição aos modelos de commodities, as produções agrícolas em pequena escala são vistas pelos estudos como mais alimentalmente e ambientalmente seguras (JACOBI, 2016; MENDES et al. 2016; POKORNY et al. 2013). Segundo Pokorny et al (2013), pequenos agricultores são protagonistas chave para o desenvolvimento rural na Pan-Amazônia.

Sobre experiências em Agroecologia no município de Cáceres, no Mato Grosso, Mendes et al (2016, p. 89), aponta:

O sucesso deste modelo está na relação harmoniosa com a natureza, ao contrário do modelo de desenvolvimento dominante no Brasil que se apoia sobre um modo de produção que necessita cada vez mais destruir os recursos naturais, de consumir mais produtos, contaminando o ambiente com os defensivos agrícolas utilizados na produção da agricultura convencional.

Também Jacobi (2016, p. 306), tratando sobre sistemas agroflorestais na Bolívia, abrangendo a província de Yungas, em La Paz, diz:

Entrevistas com agricultores, formuladores de políticas e membros de organizações da sociedade civil sobre os desafios e oportunidades que a agrossilvicultura enfrenta, bem como visitas de campo a projetos agroflorestais, revelaram uma ampla gama de iniciativas agroflorestais na Bolívia que fornecem serviços ecossistêmicos, alimentos e renda às famílias locais. Todos os entrevistados atribuíram um grande potencial à silvicultura, por exemplo, para promover a biodiversidade, a conservação da água, a soberania alimentar e a adoção de impactos de mudança climáticos. No entanto, as iniciativas agroflorestais careciam de apoio porque os incentivos do governo foram canalizados para a criação de gado e monoculturas em grande escala, em vez de sistemas agrícolas diversificados, e as iniciativas agroflorestais tendiam a ser pequenas e isoladas.

As questões ambientais e climáticas também afetam consideravelmente a Segurança Alimentar na Pan-Amazônia, pois muitas famílias dependem dos recursos naturais dos ecossistemas dessa região para sua subsistência, no extrativismo, pesca,

caça, agrossilvicultura e agriculturas (ANTUNES et al. 2019; BEGOSSI et al. 2019; DOYEN et al. 2017; FRESCONI et al. 2018; ISAAC et al. 2015; MERTENS et al. 2015; POKORNY et al. 2013; RAMALHO et al. 2016; SHERMAN et al. 2016, 2018; SARTI et al. 2015; ZAVALETA et al. 2018). Ao mesmo tempo em que este lugar sofre em todo o seu território por diversas mudanças ambientais ocasionadas pelos seres humanos, que o agridem o meio ambiente por ignorância, ganância e falta de políticas públicas e legislações ambientais mais contundentes, também ocorrem mudanças naturais, onde as mais conhecidas estão ligadas às dinâmicas de chuvas e à sazonalidade dos rios alterando constantemente habitats de animais e plantas e as condições de terras para plantios. Muitas vezes, as populações já estão acostumadas com inconstâncias naturais locais, e conseguem adaptar seu modo de vida à sazonalidade com maestria, pois essas mudanças estão inseridas em sua cultura (SHERMAN et al. 2015), mas mudanças ambientais e climáticas velozes que tem acontecido globalmente e também no ecossistema amazônico vêm afetando as dinâmicas de subsistência das populações amazônicas, afetando sua Segurança Alimentar (ZAVALETA et al. 2018).

Na Pan-Amazônia a riqueza ecossistêmica, em rios, plantas, peixes e outros animais e condições climáticas propícias à abundância de vida, se contrapõem ao baixo desenvolvimento humano, com a pobreza assolando boa parte da sua população (RAMALHO et al. 2015). Assim, o autoconsumo, modo comum neste território, acaba sendo um alívio para esses fatos (DOYEN et al. 2017; LOIOLA et al. 2015). Porém, por pressões das dinâmicas políticas, econômicas e sociais, também pela depredação ambiental, a dependência da subsistência por meio de renda monetária está crescendo neste local. Isso torna as populações que já estão socialmente marginalizadas, como os pobres urbanos, do campo, as populações indígenas, quilombolas, tradicionais, ainda mais vulneráveis, pois sabemos que a monetarização ocorre através de vínculos empregatícios ou comércio monetarizado, o que é estranho às culturas que possuem o autoconsumo ou o extrativismo como sua principal forma de subsistência (GUERRA et al. 2013; LOIOLA et al. 2015; PIPERATA et al. 2011; RAMALHO et al. 2016; SARTI et al. 2015).

No Brasil, o programa de transferência de renda, Bolsa Família, visando diminuir as desigualdades sociais e a pobreza, lançado a partir do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003 à 2011), teve muitos pontos positivos evidentes, mas há estudos para a Amazônia Brasileira que evidenciam os impactos negativos na Segurança

Alimentar dessa região, mediante à má aplicação deste programa em famílias de autoconsumo nesta região, pelo fato de essas populações terem passado a trocar suas atividades de agricultura, caça e pesca, pelo consumo de produtos de mercados, menos ricos em nutrientes e mais inseguros alimentariamente (PIPERATA et al. 2016).

O exercício leviano de leis, práticas governamentais e políticas públicas por parte dos governos também tem sido apontado como fator que impacta a Segurança Alimentar na Pan-Amazônia (ANTUNES et al. 2019; GONZÁLEZ, 2013; PIPERATA et al. 2011, 2016; ZAVALETA et al. 2017). É o caso da criminalização de práticas de subsistências que fazem parte das tradições culturais, apontado por alguns autores (ANTUNES et al. 2019; GONZÁLEZ, 2013), em contraposição aos privilégios dados pelos governos à grandes corporações nacionais e internacionais com seus empreendimentos em escala industrial que desconfiguram as práticas e costumes locais, e a aplicação de políticas públicas sem maiores estudos das realidades locais e sem a participação de sua população nas tomadas de decisões sobre estas próprias. Como dito por Pokorny et al (2013, p. 52):

Discursos sobre o desenvolvimento da região amazônica destacam a importância das culturas locais, conhecimento local e participação de pequenos agricultores, como povos indígenas, comunidades tradicionais e colonos de pequena escala. As políticas atuais, no entanto, ainda buscam um modelo de desenvolvimento orientado para mercados globais de commodities e a capacidade de empresários bem qualificados com o capital necessário para investimentos em larga escala, apesar de um crescente consenso sobre suas incompatibilidades ecológicas, limitações sociais e riscos econômicos.

Alguns trabalhos utilizam o conceito de Soberania Alimentar (ANTUNES et al. 2019; FREIRES et al. 2016; GONZÁLES et al, 2014; JACOBI, 2016) como complementar à noção de Segurança Alimentar, apresentando o primeiro como um caminho ou solução para se alcançar a última. Este conceito foi inaugurado pela organização mundial de camponeses Via Campesina. Segundo esta organização:

A soberania alimentar é o direito dos povos, de seus países ou uniões de estados de definir sua política agrária e alimentar, sem dumping contra países terceiros. A soberania alimentar inclui: priorizar a produção agrícola local para alimentar a população, o acesso dos camponeses e dos sem terra à terra, água,

sementes e crédito; daí a necessidade de reformas agrárias, de combate aos OMG (Organismos Geneticamente Modificados), de livre acesso a sementes e de manter a água como um bem público distribuído de maneira sustentável; o direito dos agricultores de produzir alimentos e o direito dos consumidores de decidir o que desejam consumir e como e quem os produz; o direito dos países de se protegerem de importações agrícolas e alimentares muito baratas; preços agrícolas vinculados aos custos de produção: é possível, desde que os países ou sindicatos tenham o direito de tributar impostos muito baratos, comprometidos em favor da produção camponesa sustentável e que controlem a produção no mercado interno para evitar excedentes estruturais; a participação dos povos na definição da política agrícola; o reconhecimento dos direitos das mulheres agricultoras que desempenham um papel essencial na produção agrícola e alimentar (VIA CAMPESINA, 2003)

De fato, podemos observar, que este conceito e suas implicações adentram a fundo os problemas enfrentados na Pan-Amazônia, vistos nesta revisão.

5. A SITUAÇÃO DAS QUATRO DIMENSÕES DA SEGURANÇA ALIMENTAR NA PAN-AMAZÔNIA

5.1. A DISPONIBILIDADE

Um paradoxo pertinente na dimensão da disponibilidade de alimentos na região pan-amazônica é o fato de haver neste território uma grande produtividade agrícola, porém o modelo hegemônico vigente de agricultura nesta região é prejudicial à Segurança Alimentar de sua população, e como não é destinada a esta, é inacessível à mesma (POKORNY et al. 2013; ZUIN et al. 2018). Mesmo prejudicando as comunidades locais, incentivos governamentais na Pan-Amazônia tendem a ser maiores para o modelo agrícola de produção de commodities, como soja e milho, destinados ao mercado global e muitas vezes tem como fim a pecuária e a confecção de alimentos processados, como fast foods e enlatados (POKORNY et al. 2013; ZUIN et al. 2018). Nas características desse modelo estão a produção em monocultura, de larga escala, com grande quantidade de usos de defensivos agrícolas, prejudiciais à saúde.

Contrapondo-se a esta situação, os trabalhos sobre as Amazôniaas vistos aqui defendem a implementação de incentivos à produção agrícola em pequena escala, como a agricultura familiar, sistemas agroecológicos e agroflorestais, por se mostrarem mais eficientes em sanar a Insegurança Alimentar deste território, pois estes modelos são mais diversificados, com menos impactos ambientais, respeitam as populações locais, e na maioria das vezes, são realizados por estas e destinadas às mesmas (ANDRIEU et al. 2019; DOYEN et al. 2017; GUERRA et al. 2013, JACOBI, 2016; MENDES et al. 2019; POKORNY et al. 2013; ZUIN et al.2018).

Mendes et al (2016) afirmam sobre a disponibilidade de alimentos seguros proporcionados pela agroecologia:

As experiências concretas em agroecologia do município de Cáceres contribuem diretamente para o bem-estar das famílias camponesas, gerando renda e segurança alimentar e nutricional, uma vez que são produzidos alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para o sustento familiar e comercializado os excedentes (p. 89).

Quanto à disponibilidade de alimentos provenientes de recursos florestais, como peixes e animais silvestres, que são muito consumidos pelas comunidades amazônicas, é vista como positiva para a segurança alimentar dessas populações, pois são alimentos de alto valor nutritivo e cultural, comparando-se aos produtos comerciais, como o frango e a carne bovina (BEGOSSI et al. 2019; DAVIES et al. 2017; ISAAC et al. 2015; MERTENS et al. 2015; SARTI et al. 2015). Porém, estes não são totalmente seguros, pois sua disponibilidade está à mercê das mudanças ambientais, causadas pelos impactos humanos, como a construção de hidrelétricas (BEGOSSI et al. 2019), o desmatamento (BEGOSSI et al. 2019; RAMALHO et al. 2016; TORRES-VITOLAS et al. 2019; ZAVALETA et al. 2018) e as práticas de caça e pesca excessivas (BEGOSSI et al. 2019; FRESCONI et al. 2018).

5.2. O ACESSO

Um dos principais fatores que precariza o acesso de indivíduos à alimentos de qualidade na Pan-Amazônia é a falta de renda, pois a pobreza ainda assola grande parte da população desta região (DAVIES et al. 2017; LOIOLA et al. 2015; GUERRA et al. 2018, 2013; POKORNY et al. 2013; ZUIN et al. 2018). Muitas vezes, também, apesar das pessoas terem dinheiro para comprar alimentos em mercados, estes não disponibilizam produtos de bom valor nutricional (AMBIKAPATHI et al. 2018; DAVIES et al. 2017). Na Amazônia Brasileira, observou-se que o programa Bolsa Família tornou os alimentos dos mercados locais acessíveis às famílias, porém, nem sempre estes são saudáveis (PIPERATA et al. 2011, 2016).

Nessa dimensão da Segurança Alimentar, os pequenos produtores e iniciativas em agroecologia foram apontados como grandes acessibilizadores de alimentos saudáveis às populações amazônicas. Como indicado por Pokorny et al (2013, p.54):

Os pequenos agricultores são particularmente importantes em relação à segurança alimentar no caso das comunidades ribeirinhas que fornecem alimentos à população de áreas localizadas em regiões remotas pouco conectadas por estradas. Por exemplo, meio milhão de pessoas vive na capital do estado de Iquitos, no Peru, que pode ser alcançado apenas por barco e avião, mas ainda não por estrada. No entanto nas áreas rurais circundantes, mais de 90% da produção agrícola é nas mãos dos pequenos agricultores, e a produção

agrícola em larga escala é praticamente ausente. Somente em 2012, a região produziu 397.000 toneladas de mandioca e 346.000 toneladas de banana-da-terra, dois dos três principais consumidos em Iquitos (p.54).

O acesso à alimentos provenientes de caça e pesca estão sendo precarizados pela escassez desses itens ocasionada por mudanças drásticas ambientais que vem acontecendo nos ecossistemas amazônicos. Também, no caso da Amazônia Brasileira, com o mau emprego da imprescindível Lei de Proteção da Vida Silvestre de 1996, as práticas de caça, pertencentes às culturas locais, muitas vezes são criminalizadas (ANTUNES et al. 2018).

Num cenário de escassez alimentar, as relações sociais recíprocas de partilha de alimentos, são apontadas como mantenedoras de um ambiente alimentalmente seguro no âmbito do acesso (GURVEN et al. 2015; MERTENS et al. 2015) .

5. 3. A UTILIZAÇÃO

As dimensões em Segurança Alimentar de disponibilidade e acesso aos alimentos afetam fortemente a dimensão da utilização, na medida em que a escassez de alimentos nutritivos, seja por fatores ambientais, sociais ou mercadológicos, influencia diretamente sobre o consumo de alimentos nutricionalmente mais restritos, como no caso da redução da disponibilidade e acesso à caça, pesca, produção agrícola, que incentivam o consumo de alimentos enlatados e processados, que muitas vezes estão mais disponíveis e são mais baratos nos mercados locais (AMBIKAPATHI et al. 2018; DAVIES et al. 2017).

O status social baseado na condição biológica também é uma categoria que influencia a (in)segurança alimentar, afetando diretamente o estado nutricional dos indivíduos, pois observa-se que mulheres, crianças e adolescentes sofrem mais por desnutrição (PIPERATA et al. 2013, 2016). A informação ou desinformação sobre dietas mais adequadas nutricionalmente também afeta na utilização dos alimentos (LEE et al. 2014).

No geral, os estudos apontam que alimentos provenientes do extrativismo, da produção em pequena escala, da caça e da pesca são mais nutritivos que alimentos processados e provenientes do agronegócio (BEGOSSI et al. 2019; SARTI et al. 2015; POKORNY et al. 2013). Os alimentos da primeira categoria normalmente pertencem à

cultura alimentar das populações locais, o que demonstra que a preservação cultural na Pan-Amazônia também tem influência positiva sobre a dimensão da utilização. Como apontado no trabalho sobre os usos do miriti na cidade de Abaetetuba, no Pará:

O consumo dos derivados do miriti nas ilhas é uma prática alimentar e cultural, com 'horas' e 'formas' de comer que os próprios ribeirinhos destacam como distintas. Além disso, contribui com um importante aporte energético, que, somado às proteínas, tradicionalmente consumidas com o vinho, no almoço e no jantar, contribui para a garantia da segurança alimentar desses indivíduos (FREIRES et al. 2016, p. 150).

Como o miriti, também podemos citar o açaí, cupuaçu, cacau, tucumã, e outras grandes variedades de frutas, nutritivamente valiosas, que conhecemos por nossas vivências como amazônidas, além das já citadas proteínas animais provenientes da floresta.

5. 4. A ESTABILIDADE DAS OUTRAS DIMENSÕES

Como observamos, as dimensões em Segurança Alimentar estão encadeadas, e muitas vezes, medidas que privilegiam uma ou outra, principalmente nos âmbitos de disponibilidade e acesso, podem desestabilizar a própria Segurança Alimentar, não garantindo a sua perpetuação. Á exemplo da má aplicação de programas bem-intencionados, mas que podem afetar a Segurança Alimentar negativamente (PIPERATA et al. 2011; ZAVALITA et al, 2018).

Também exemplificamos aqui a hegemonia do modelo vigente de produção em larga escala que se perpetua com a desculpa do combate à fome, mesmo com conhecidas evidências demonstrando que este modo atua na direção contrária (POKORNY et al. 2013). A predominância deste modelo na Pan-Amazônia é apontado, por muitos dos trabalhos aqui revisados, como sendo prejudicial à estabilidade da Segurança Alimentar das populações da região, pois afeta negativamente o meio ambiente e a sociedade local, principalmente e, mais diretamente, as comunidades do campo, as tradicionais e as indígenas (ANDRIEU et al. 2019; JACOBI, 2016; MENDES et al. 2019; POKORNY et al. 2013; ZUIN et al. 2018).

Outros fatores, vistos aqui, que afetam a estabilidade da Segurança Alimentar são as movimentações econômicas e de mercado externos (ZUIN et al. 2018) e as

condições ambientais e climáticas (SHERMAN et al. 2015, 2016), que tornam incertas qualquer medida em Segurança Alimentar que não seja multidimensional.

Assim, para verdadeiramente sanar os problemas a que se propõem, de combate à fome, à desnutrição e aos problemas de saúde provenientes do consumo alimentar, providências em Segurança Alimentar devem sempre ser aplicadas com cautela e estarem submetidas a constantes balanços, para que a própria busca por Segurança não leve ao estado de Insegurança (ZUIN et al. 2018).

CONCLUSÕES

Observamos que grande parte da população da Pan-Amazônia ainda vive em condição de insegurança alimentar. As causas associadas a esta situação envolvem principalmente a exploração mercadológica desse território e o descaso governamental, com ínfimas ações de combate à fome, à desnutrição, à pobreza e também em defesa da preservação cultural e conservação ambiental eficazes, somados à destruição ambiental que a região vem sofrendo.

Apesar dos esforços de diversos setores com o intuito de se considerar os vários fatores, em níveis, locais, regionais, nacionais, continentais e mundiais que causam a Insegurança Alimentar nesta região, considera-se necessário implementar mais estudos na Pan-Amazônia, em diversas áreas do conhecimento científico. Por exemplo, é imprescindível estudos em ecologia e etnobiologia de peixes e animais silvestres em ecossistemas amazônicos, voltados para o entendimento da Segurança Alimentar, pois vê-se que há uma perda progressiva desses recursos, que são historicamente importantíssimos para as populações locais. Da mesma forma, faz-se necessário mais estudos em áreas urbanas, uma vez que nestas vive mais de 50% da população da região e que dentro delas as disparidades sociais e econômicas são extremamente graves.

Os estudos apontam que ações em Segurança Alimentar devem ser sistematicamente mais transversais nos vários âmbitos à ela atribuídos, como saúde, cultura, economia, política e meio ambiente, para garantir sua estabilidade e eficiência. Numerosamente, os trabalhos revisados afirmam que investimentos em agriculturas em pequena escala, nos âmbitos de agricultura familiar, agroecologia, e sistemas agroflorestais, e políticas com a participação da sociedade civil que valorizem a cultura alimentar e de subsistência local têm potencial de sucesso em garantir mais estabilidade na Segurança Alimentar.

Também são necessárias políticas que visem o combate às desigualdades sociais, de modo à acessibilizar os alimentos às pessoas e grupos em situação de maior vulnerabilidade social. Em conjunto a essas políticas também deve haver a reestruturação dos mercados locais para que estes disponibilizem alimentos mais saudáveis.

Deve-se dar atenção massiva às questões ambientais relacionadas aos ecossistemas amazônicos, principalmente à preservação das florestas e das águas, que

ainda têm garantido parcela significativa da população contra a fome. Nesse sentido, faz-se necessárias ações de educação ambiental para a população, boas estruturas de saneamento básico, em conjunto à estratégias econômicas e política públicas que visem a sustentabilidade.

A valorização das culturas alimentares regionais também é imprescindível no quesito Segurança Alimentar, pois nos costumes alimentares pan-amazônicos está um forte envolvimento com os ecossistemas locais, como as práticas de alimentar-se de peixes, animais silvestres e frutas regionais, o que torna potente a participação da população na preservação ambiental e na educação alimentar.

Nosso trabalho aqui se faz limitado, pois escolhemos investigar apenas as publicações de artigos revisados por pares dos últimos nove anos, excluindo-se as dissertações, teses, publicações de livros, relatórios técnicos e as publicações em anos anteriores e em outros veículos. Essa limitação se deu por não dispormos de tempo suficiente, pela determinação de prazo de entrega do trabalho, cuja o fim é a conclusão de um curso de graduação. Pelas nossas limitações, também não conseguimos nos aprofundar na identificação do motivo pelo qual não há trabalhos mais contundentes para alguns países da Pan-Amazônia nos últimos nove anos, mas compreendemos a necessidade de se investigar esse fato.

Mesmo assim observamos que a produção em trabalhos mais diretos e de maior relevância sobre Segurança Alimentar na Pan-Amazônia ainda é escassa, comparando-se ao seu tamanho, riqueza natural e diversidade do seu território, e se faz urgente. Também são necessários estudos mais recentes que incluam os impactos das crises políticas que vêm ocorrendo do mundo nos últimos anos e tem afetado esta região.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA NA REVISÃO

AMBIKAPATHI, R; ROTHSTEIN, J. D; YORI, P. P; MARIBEL, P. O; LEE, G; KOSEK, M. N; CAULFIELD, L. E. Food purchase patterns indicative of household food access insecurity, children's dietary diversity and intake, and nutritional status using a newly developed and validated tool in the peruvian amazon. **Food Security**, **10**:999–1011. 2018. <https://doi.org/10.1007/s12571-018-0815-2>

ANTUNES, A. P; REBÊLO, G. H; PEZZUTI, C. D. P; VIEIRA, M. A R. de M; CONSTANTINO, P. A. L; CAMPOS-SILVA, J. V; FONSECA, R; DURIGAN, C. C; RAMOS, R. M; AMARAL, J. V. do; PIMENTA, N. C; RANZI, T. J. D; LIMA, N. P. S; JR, G. H. S. Conspiracy of silence: subsistence hunting rights in the brazilian amazon. **Land Use Police**, **84**:1-11. 2019

ANDRIEU, N; BLUNDO-CANTO, G; CRUZ-GARCIA, G. S. Trade-offs between food security and forest exploitation by mestizo households in ucajali, peruvian amazon. **Agricultural Systems**, **173**:64-77. 2019
<https://doi.org/10.1016/j.agry.2019.02.007>

BEGOSSI, A; SALYVONCHYK, S. V; HALLASS, G; HANAZAKI, N; LOPES, P. F. M; SILVANO, R. A. M; DURMESQ, D; PITTOCK, J. Eish consumption on the amazon: a review of biodiversity, hydropower and food security issues. **Brazilian Journal of Biology**, **79**: 345-357, 2019.

DAVIES, G ; FRAUSIN, G ; PARRY, L. Are there food deserts in rainforest cities? **Annals of the American Association of Geographers**, **107**:794–811. 2017

DOYEN, M. F; LAQUES, A. E; GURGEL, H; GARCIA, L. Sistemas agrícolas e sistema de indicadores: avaliação do impacto das alterações climáticas sobre a segurança alimentar numa bacia de inundação da amazônia. **Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia**, **30**:1-21. 2017 <https://journals.openedition.org/confins/19151>

FRAZÃO, P; BENICIO, M. H. D; NARVA, P. C; CARDOSO, M. Food insecurity and dental caries in schoolchildren: a cross-sectional survey in the western Brazilian Amazon. **European Journal of Oral Sciences**. **122**: 210–215

FRESCONI, W; BAX, V; BLANDO-CANTO, G; WILLCOCK, S; CUADROS, S; VENEGAS, M; QUINTERO, M; TORRES-VITOLAS, C. A. Hunters and hunting across indigenous and colonist communities at the forest-agriculture interface: an ethnozoological study from the peruvian amazon. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** **14**:1-11. 2018.
<https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13002-018-0247-2>

FREIRES DE SOUSA, Fagner; VIEIRA-DA-SILVA, Camila; BEZERRA BARROS, Flávio. 'Comida do sítio, comida de festa': apropriações e usos alimentares do miriti nos contextos rural e urbano de abaetetuba, Pará. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, **38**:143-151. 2016

GONZÁLEZ, Lorena Carrillo. Consecuencias sociales del cultivo de la coca en comunidades afrocolombianas del caquetá: análisis de la relación entre la economía ilícita, las prácticas campesinas tradicionales y su papel en la seguridad alimentaria. **El Ágora USB**, **14**: 203-221. 2014.

GUERRA, L.D.S; ESPINOSA, M. M; BEZERRA A. C. D; GUIMARÃES L. V. G; LIMA-LOPES, M. A. Insegurança alimentar em domicílios com adolescentes da amazônia legal brasileira: prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, **29**:335-348. 2013.

GUERRA, L.D.S; ESPINOSA, M. M; BEZERRA A. C. D; GUIMARÃES L. V. G; MARTINS, M. S. A. S. Desafios para a segurança alimentar e nutricional na amazônia: disponibilidade e consumo em domicílios com adolescentes. **Ciência e Saúde Coletiva**, **23**:4043-4054. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320182312.26352016>.

GURVEN, M; JAEGGI, A. V; RUEDEN, C. von; HOOPER, P. L; KAPLAND, H. Does market integration buffer risk, erode traditional sharing practices and increase inequality? a test among bolivian forager-farmers. **Human Ecology**, **43**:515. 2015

ISAAC, V. J ; ALMEIDA, M. C ; GIARRIZZO, T ; DEUS, C. P ; VALE, R ; KLEIN, G ; BEGOSSI, A. Food consumption as an indicator of the conservation of natural resources in riverine communities of the brazilian amazon. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, **87**: 2229-2242. 2015.

JACOBI, Johana. Agroforestry in bolivia: opportunities and challenges in the context of food security and food sovereignty. **Environmental Conservation**, **43**: 307–316. 2016. doi:10.1017/S0376892916000138

LEE, G; OLORTEGUI, M. P; PINEDO, S. R; AMBIKAPATHI, R; YORI, P. P; KOSEK, M; CAUFIELD, L. E. Infant feeding practices in the peruvian amazon: implications for programs to improve feeding. **Revista Panamericana Salud Publica**, **36**:150-7. 2014.

LOIOLA, Tiago de O; MACIEL, Raimundo C. G. Segurança alimentar, produção rural e desigualdade de renda na amazônia: um estudo de caso no projeto de desenvolvimento sustentável Bonal – Acre – Brasil. **Faz Ciência**, **17**:30-49. 2015.

MENDES, M. F; NEVES, S. M. A da S; NEVES, R. J; SILVA, T. P. da. A organização das mulheres extrativistas na região sudoeste mato-grossense, Brasil. **Estudos Feministas**, **22**: 71-89. 2014.

MENDES, M. F; NEVES, S. M. A. da; NEVES, R. J. Políticas públicas, agroecologia e agroextrativismo nos assentamentos rurais do município de Cáceres, região sudoeste mato-grossense. **Geo UERJ**, **29**:89-104. 2016. doi:10.12957/geouerj.2016.16576

MERTENS, F; FILION, M; SAINT-CHARLES, J; MONGEAU, P; TÁVORA, R; PASSOS, C. J. S; MÉRGLER, D. The role of strong-tie social networks in mediating food security of fish resources by a traditional riverine community in the Brazilian

Amazon. **Ecology and Society**, **20**: 18. 2015. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-07483-200318>

PIPERATA, B. A; SPACE, J. E; DA-GLÓRIA, P; HUBBE, M. The nutrition transition in amazonia: rapid economic change and its impact on growth and development in ribeirinhos. **American Journal Of Physical Anthropology**, **146**:1–13. 2011

PIPERATA, B. A; SCHEEMER, K. K; HADLEY, C; RITCHIE-EWING, G. Dietary inequalities of mother-child pairs in the rural amazon: evidence of maternal-child buffering? **Social Science & Medicine**, **96**: 183–191. 2013, doi:10.1016/j.socscimed.2013.07.024

PIPERATA, B. A; McSWEENEY, K; MURRIETA, R. S. Conditional cash transfers, food security, and health: biocultural insights for poverty-alleviation policy from the Brazilian Amazon. **Current Anthropology**, **57**:806-826. 2016.

POKORNY, B; JONG, W. de; GODAR, J; PACHECO, P; JHONSON, J. From large to small: reorienting rural development policies in response to climate change, food security and poverty. **Forest Policy and Economics**, **36**: 52-59. 2013.

RAMALHO, A. A; MONTOVANI, S. A. S; OLIART-GUZMÁN, H; BRANCO, F. L. C. C.; BRAÑA, A. M; MARTINS, A. C; PEREIRA, T. M; DELFINO, B. M; JUNIOR, J. A. F; ESTRADA, C. H. M. L; VELASCO, L. A; SILVA-NUNES, M. da; Insegurança alimentar em famílias com crianças menores de cinco anos de idade, na fronteira brasil-peru. **journal of Human Growth and Development**, **26**: 307-315. 2016.

ROSINGER, Asher Yoel Household. Water insecurity after a historic flood: diarrhea and dehydration in the bolivian amazon. **Social Science & Medicine**, **197**: 192-202. 2018.

SARTI, F. M; ADAMS, C; MORSELLO, C; VLIET, N. van; SCHOR, T; YAGÜE, B; TELLEZ, B; QUICENO-MESA, M. P; CRUZ, D. Beyond protein intake: bushmeat as source of micronutrients in the amazon. **Ecology and Society**, **20**:22. 2015. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-07934-200422>

SHERMAN, M; Ford, J; LLANOS-CUENTAS, A; VALDIVIA, M. J. Vulnerability and adaptive capacity of community food systems in the Peruvian Amazon: a case study from panaillo. **Natural Hazards**, **77**: 2049-2079. 2015. <https://doi.org/10.1007/s11069-015-1690-1>

SHERMAN, M; Ford, J; LLANOS-CUENTAS, A; VALDIVIA, M. J. Food System Vulnerability Amidst the Extreme 2010–2011 Flooding in the Peruvian Amazon: a case study from the ucajali region. **Food Security**, **8**: 551. 2016. <https://doi.org/10.1007/s12571-016-0583-9>

TORRES-VITOLAS, C. A; HARVEY, C. A; CRUZ-GARCIA, G. S; VANEGAS-CUBILLOS M; SCHRECKENBERG, K. The socio-ecological dynamics of food insecurity among subsistence-oriented indigenous communities in amazonia: a qualitative examination of coping strategies among riverine communities along the caquetá river, colombia. **Human Ecology**. **47**:355–368. 2019.

<https://doi.org/10.1007/s10745-019-0074-7>

VERSCHOOR, G; TORRES, C. Mundos equivocados: cuando la “abundancia” y la “carencia” se encuentran en la Amazonía colombiana. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, **54**:71-86. 2016.

ZAVALETA, C; BERRANG-FORD, L; FORD, J; LLANOS-CUENTAS, A; CÁRCAMO, C; ROSS, N. A; LANCHA, G; SHERMAN, M. S; HARPER, L. Multiple non-climatic drivers of food insecurity reinforce climate change maladaptation trajectories among Peruvian Indigenous Shawi in the Amazon. **PLOS ONE**, **13**. 2018.

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0205714>

ZAVALETA, C; BERRANG-FORD, L; LLANOS-CUENTAS, A; CÁRCAMO, C; FORD, J; SILVEIRA, R; PATTERSON, K; MARQUINS, G. S; HARPER, S. Indigenous Shawi communities and national food security support: Right direction, but not enough. **Política Alimentar**, **73**:75-87. 2017.

ZUIN, Aparecida L.A; AMARAL, Jorge L. de M. G. Direito alimentar e risco na sociedade moderna: a Amazônia e o agronegócio. **Revista Direito e Práxis**, **9**:417-442. 2018. DOI: 10.1590/2179-8966/2018/32713.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ALEM, D; OLIVEIRA G. G. de; OLIVEIRA J; IMBIRUSSÚ, E. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. In: **XX Encontro Nacional de Economia Política**, 2015. Foz do Iguaçu.

ALENCAR, Álvaro Gurgel de. Do conceito estratégico de segurança alimentar ao plano de ação da FAO para combater a fome. **Revista Brasileira de Política Internacional**, **44**:137-144. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292001000100009>.

ARAGÓN, Luis Eduardo. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Revista NERA**, **42**:14-33. 2018.

AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. **Sociologias**, **19**:276-307. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004412>.

CFS. Coming to terms with terminology. Roma, 2012.

CONSEA. Carta da Amazônia. **V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. 2015. Brasília.

FIRMIANO, Daia Federico. A Falácia da Segurança Alimentar. **Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais**. **14**:153-166, 2011.

FAO. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>

FAO & Europe Union. An introduction to the basic concepts of food security. 2008. Disponível em: <https://europa.eu/capacity4dev/hunger-foodsecurity-nutrition/document/introduction-basic-concepts-food-security>

JALIL, Leticia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar. a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Desenvolvimento, Cultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Março, 2009.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário, dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277p. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109108>>.

RIBEIRO, Nelson Figueiredo. **A questão Geopolítica na Amazônia: da Soberania Difusa à Soberania Restrita**. Brasília: Senado Federal, 2005.

VIA CAMPESINA. O que es la Soberanía Alimentaria? Disponível em: <https://viacampesina.org/es/que-es-la-soberania-alimentaria/>